



Roda da Fortuna

Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo

Electronic Journal about Antiquity and Middle Ages

Actas del IV Congreso Internacional de Jóvenes Medievalistas Ciudad de Cáceres

Estudiar la Edad Media en el siglo XXI: herencia historiográfica, coyuntura académica y renovación

Elsa Cardoso¹

Divulgar a História do al-Andalus na História Medieval Peninsular: conceitos, reflexões e perspectivas

The History of al-Andalus within Medieval Iberian History:
Concepts, Considerations and Perspectives

Resumo

Este artigo pretende reflectir sobre a evolução e integração dos estudos árabes e islâmicos, na sua vertente da história do al-Andalus, enquanto disciplina histórica, numa perspectiva comparada entre Portugal e Espanha. Não é objectivo deste ensaio traçar o estado da arte do desenvolvimento historiográfico relativo ao al-Andalus, mas antes considerar conceitos e perspectivas usados neste filão de investigação. Assim, abordar-se-á o conceito de *orientalização* do al-Andalus, considerando discussões historiográficas que oscilam entre visões de “continuidade” e “ruptura”, referentes a construções sociais anteriores ao domínio islâmico peninsular. Articular-se-ão ainda estes debates com discursos historiográficos orientalistas muito próprios de uma formulação que se queria baseada numa especificidade “hispanica.”

Palavras-chave:

História do al-Andalus; História Medieval; *orientalização*.

Abstract

This article aims at reflecting on the evolution and incorporation of Arab and Islamic studies, in its feature of the history of al-Andalus, as an historical subject, in a comparative perspective between Portugal and Spain. The purpose is not to outline the state of the art of the historiographical development on al-Andalus, but rather to consider concepts and perspectives used in this field of studies. Therefore, the concept of *oriental influence* of al-Andalus will be addressed, considering historiographical debates which drift between perspectives of “continuity” and “disruption”, related to social constructions previous to the peninsular Muslim period. Furthermore, such debates will be articulated with orientalist historiographical discourses, quite typical of formulas which were thought to be based on a “Hispanic” specificity.

Keywords:

History of al-Andalus; Medieval History; *oriental influence*.

¹ Centro de História da Universidade de Lisboa (Faculdade de Letras). Bolseira de doutoramento – Fundação para a Ciência e Tecnologia e Programa Inter-universitário de Doutoramento em História (PD/BD/113904/2015). E-mail: elsacardoso@campus.ul.pt

Introdução

Este artigo partiu de uma reflexão inerente ao projecto de tese de doutoramento da autora, apresentada durante o IV Congresso Internacional de Jovens Medievalistas – Cidade de Cáceres, em Novembro de 2015. Em tempos tão pouco promissores para a vida académica em Portugal, são as áreas das Artes e Humanidades que mais se ressentem no actual panorama social e político. Neste contexto, afigura-se particularmente árdua a evolução de filões de investigação que carecem ainda de um lugar oficializado dentro da academia portuguesa. Tal é o caso da história do al-Andalus – enquanto parte integrante da história medieval da Península Ibérica – e, mais amplamente, da história do Islão Medieval.

António Borges Coelho escrevia em 1971 que “a generalidade dos portugueses com luzes crê ainda que a civilização árabe peninsular nos tocou apenas na epiderme” (Borges Coelho, 2008: 11). Antes de Borges Coelho, e ainda no século XIX, António de Oliveira Parreira, no seu romance de dois volumes, intitulado “Os Luso-Árabes: Scenas da vida Mussulmana no nosso País” – onde fantasiava acerca das vidas de Ibn ‘Ammār e al-Mu’tamid, ambos nascidos em território actualmente português – questionava-se sobre a indiferença demonstrada, não só pela sociedade, mas também pela academia portuguesa, em relação à época muçulmana peninsular, em oposição à minúcia dedicada à era romana, cronologicamente anterior (Oliveira Parreira, 1898: vii). O próprio conceito contido no título do romance – luso-árabes – que hoje nos parece uma anacronia a repudiar, era precisamente o reflexo de um corte que o autor pretendia impor entre si e uma sociedade que via no domínio árabo-muçulmano peninsular um parentese histórico. Em 2011, Hermenegildo Fernandes dedicava um artigo ao estado da arte dos estudos árabes em Portugal, apontando que a referência à anémica produção na área tinha-se tornado num “*topos* de referência obrigatório” (Fernandes, 2011: 547).

Não é intenção deste artigo desenhar o estado da arte dos estudos árabes e islâmicos em Portugal, existindo sínteses que podem ser consultadas para esse efeito.² Antes se tenciona adoptar uma perspectiva comparativa que incidirá sobre a integração dos estudos árabes e islâmicos em Portugal – na sua vertente da história do al-Andalus – na história medieval peninsular, face ao país vizinho. À luz destes objectivos, pretende-se que esta reflexão seja pensada a partir da articulação de conceitos-chave (i.e., orientalização, “continuidade” e “ruptura”) com uma visão crítica em relação à assimilação, rejeição ou mitificação do passado histórico.

² Ver os trabalhos de António Dias Farinha, Eva-Maria von Kemnitz, Hermenegildo Fernandes, Fernando Branco Correia e Filomena Barros citados na bibliografia.

1. A investigação

Face ao enunciado previamente, cabe, num primeiro momento, apresentar sucintamente o meu projecto de tese de doutoramento, que apenas teve início em Outubro de 2015 e que recebe financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do Programa Inter-universitário de Doutoramento em História, coordenado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em parceria com outras instituições como a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a Escola de Ciências Humanas da Universidade de Évora, o Instituto Superior de Ciências (ISCTE) e a Universidade Católica Portuguesa.

Sendo actualmente investigadora do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a tese é orientada pelo Prof. Doutor Hermenegildo Fernandes, contando também com a co-orientação do Prof. Doutor Hugh Kennedy, da School of Oriental and African Studies de Londres (SOAS).

A tese, intitulada “The politics of ceremonial in Umayyad al-Andalus: institutionalization, innovation and oriental influence in a comparative perspective (10th-11th centuries)” (“A política do cerimonial no al-Andalus omíada: institucionalização, inovação e orientalização numa perspectiva comparada (sécs. X-XI)”), será redigida em inglês, por motivos que se prendem não só com a sua divulgação, mas também com a co-orientação por parte de um investigador britânico. É seu objectivo principal o estudo do cerimonial demonstrado durante as recepções solenes da corte omíada de Córdoba, desde a ascensão de ‘Abd al-Raḥmān III até à queda do califado em 1031, numa perspectiva comparada. Assim, pretende-se cotejar o cerimonial da corte omíada com os rituais abássida, fatímida e bizantino, atendendo à questão de como a linguagem do cerimonial é expressada e como são integradas no cerimonial do al-Andalus inovações provenientes de cortes mediterrânicas, transformando-as e integrando-as numa linguagem especificamente omíada. O século X revela uma época privilegiada para a articulação da legitimidade omíada, atendendo à moldura política do Mediterrâneo. Consequentemente, as delimitações geográficas do projecto alargam-se ao contexto mediterrânico, observado desde o ponto de vista do al-Andalus. Córdoba, enquanto capital do al-Andalus, institucionaliza um cerimonial ritualizado, não só resultante da força da sua dinastia, mas também como forma de evidenciar precisamente esse poder, teatralizando-o e legitimando-o. É neste contexto que o fenómeno da orientalização do al-Andalus contribui para a incorporação de regras protocolares subjacentes ao cerimonial, coexistindo este fenómeno com rivalidades políticas, principalmente respeitantes ao controlo do Mediterrâneo ocidental, disputado entre omíadas e fatímidas. Partindo deste pressuposto, as interpretações de Fernand Braudel ou Henri Pirenne – que contemplavam o Mediterrâneo enquanto um espaço subordinado aos portos latinos e onde a expansão muçulmana é associada a situações particulares de crise ou

vulgarizada como pirataria – devem ser repensadas, como aponta o mais recente trabalho de Christophe Picard.

A vertente da orientalização tinha já sido explorada no contexto da tese de mestrado, defendida em Maio de 2015 e intitulada “Diplomacy and oriental influence in the court of Cordoba (9th – 10th centuries)” (“A diplomacia e a orientalização da corte de Córdoba (sécs. IX – X)”), onde para além do estudo das trocas diplomáticas que Córdoba mantinha com poderes cristãos, como Bizâncio, o mundo carolíngio, a corte otoniana, Navarra, Leão ou o condado de Barcelona, pretendia uma reflexão sobre o significado do cerimonial demonstrado durante as recepções diplomáticas.

2. Conceitos e debates em torno da História do al-Andalus: orientalização, orientanismos e imaginário nacional

Debrucemo-nos num primeiro momento sobre a definição de orientalização. Lévi-Provençal atribuiu um papel vital à influência de Bagdad sobre o al-Andalus, descrevendo a adopção de modelos orientalizantes enquanto “imitações” da corte abássida, chamando ainda a atenção para o facto de que a partir do reinado do quarto *‘amīr* do al-Andalus, ‘Abd al-Raḥmān II (r. 822-852), a “Espanha muçulmana” assiste a uma “reorientalização” (Lévi-Provençal, 1982: 170-171). A referência a uma “reorientalização” parece pressupor vagas anteriores de adopção de modelos “orientais”, ainda que não resulte claro se essas orientalizações prévias, às quais Provençal se refere, se reportam à conquista do al-Andalus, à chegada do primeiro soberano omíada, proveniente de Damasco, ou ainda a um fenómeno de orientalização anterior à chegada do Islão à península, podendo, por exemplo, referir-se à adopção de modelos bizantinos pela corte visigótica de Leovigildo.

Para Hugh Kennedy a corte cordovesa desenvolveu-se sob “modelos orientais,” o que permitiu a sua evolução e sedimentação enquanto corte formal (Kennedy, 1996: 45,46). José Ramírez define orientalização como um processo crucial para a formação política e territorial do al-Andalus, identidade que resultou do processo de aculturação da sua população a padrões originários do “oriente” (Ramírez, 2002: 19).

Por sua vez, Pierre Guichard aborda o conceito da orientalização do al-Andalus enquanto processo antropológico, analisando a importância de estruturas sociais árabes, atribuindo também um papel essencial a estruturas norte-africanas e berberes. De facto, o trabalho de Pierre Guichard é fruto do tradicional debate que divide a historiografia espanhola do al-Andalus entre “continuidade” e “ruptura” – terminologia usada por Eduardo Manzano, autor que sintetiza estas duas correntes, das quais se demarca. Para Manzano pensar que a conquista árabe trouxe da noite para o dia um novo “modelo” social, estático durante oito séculos, é inadequado; por

outro lado, a formação da sociedade do al-Andalus terá sido um processo demorado, que se traduz numa articulação contínua entre conquistadores e conquistados (Manzano, 2006: 13-14). “Continuidade” e “ruptura” parecem aliás dar origem aos conceitos presentes no título da própria obra de Guichard – estruturas *orientais* e *ocidentais* (Guichard, 1977). Pierre Guichard escrevia em 1977 que a maioria dos medievalistas tendia até há pouco tempo a associar a soberania muçulmana peninsular a um processo exclusivamente hispânico de continuidade histórica, posição que se compreendia enquanto reacção a teorias suportadas no século XVIII, que viam o al-Andalus como um parentese histórico, uma ruptura com a organização social anterior (Guichard, 1977: 9).

O conceito de “ruptura” resulta de uma teoria que colocava a conquista muçulmana do al-Andalus em 711 como um processo fraturante em relação à identidade tardo-romana-visigótica. Por sua vez, o conceito de “continuidade” tornou-se bastante aclamado durante o domínio franquista de Espanha, sob a alçada da Escola de Estudos Árabes dos “Banu Codera” – discípulos de Francisco Codera – e popularizado por García Gómez. Como evidencia Manuela Marín, esta fórmula conseguiu assegurar não só a aceitação do al-Andalus enquanto filão de investigação em Espanha, mas também enquanto parte integrante da formação da identidade espanhola, assistindo-se assim ao “sequestro” do conceito do al-Andalus, “hispanizando-o,” com o intuito de tornar a identidade Andalusi num conceito hibridizante, o que aliás deu lugar a concepções como “Espanha muçulmana” ou “hispano-muçulmana,” altamente anacrónicas, de uma época histórica identificada por García Gómez como “entrañablemente nuestra” (Marín, 2014: 3, 5-6). Para García Gómez, figura académica próxima do regime franquista e embaixador de Espanha no Iraque, Líbano e Turquia, estudar o al-Andalus justificava-se graças à localização geográfica dessa construção política e social, legitimada através da sua “hispanização.” Alejandro García fala-nos mesmo numa “españolización de lo andalusí,” cuja principal característica de “esa típica identidad españolista radica en su completo soslayo de la existencia de Portugal en el territorio peninsular” (García, 2013: 85). Esta “espanholização” deixava assim de fora do imaginário do al-Andalus a outra identidade peninsular que ocuparia geograficamente o espaço denominado no período muçulmano por Gharb al-Andalus.

Paralelamente, as duas visões – a que via na conquista muçulmana da península uma catástrofe ou um corte drástico com as construções políticas anteriores e, em contrapartida, a visão continuista que via o período muçulmano peninsular dentro de um quadro especificamente hispânico e “espanhol” – tiveram a sua simbiose nas posições defendidas por Cláudio Sánchez-Albornóz que, segundo Alejandro García combinava, contraditoriamente, o paradigma da Reconquista com as peculiaridades de uma “Espanha muçulmana”. Como aponta García, Sánchez-Albórnoz – exilado na Argentina devido às suas convicções políticas republicanas, que o tornaram persona non grata face ao regime franquista, mas mantendo as suas convicções

católicas – por um lado, coloca o período muçulmano peninsular no quadro de uma continuidade estritamente hispânica, plasmada em afirmações que asseguravam que os “espanhóis” convertidos ao Islão haviam criado a “civilização hispano-árabe,” por outro lado, não deixa de apontar a Reconquista como um processo possível graças à iniciativa do mítico Pelágio, que considera como o restaurador e salvador da península (García, 2013: 82-83, 86).

Em Portugal, as discussões historiográficas expostas acima foram mais incipientes, dada a relativa fragilidade dos estudos árabes em Portugal. Assim, a comparação com as complexas correntes historiográfico-ideológicas que abundaram no país vizinho é possível, ainda que pautada de hiatos e débeis continuidades. Se em Espanha os interesses coloniais norte-africanos promovera um impulsionamento dos estudos árabes e islâmicos, pressupondo o envio de missões para recolha de fontes – ainda que não com a mesma força e consequências que o mesmo movimento despertou na Grã-Bretanha ou França – em Portugal, país que não detinha colónias em território árabo-muçulmano, o despertar dos estudos árabes e islâmicos será necessariamente tardio e associado a correntes ideológico-políticas marcadamente de esquerda (Fernandes, 2011: 549). Bernabé López aponta que a guerra em África entre 1859-1860 impôs um estímulo para os estudos árabes em Espanha, ainda que trate com cautela a associação deste país com o orientalismo desenvolvido noutros territórios europeus, dada a instabilidade política espanhola durante a primeira metade do século XIX e de uma dissociação em inícios do XX entre arabismo e africanismo militar e comercial (López, 1990: 12-15). Ainda que assim fosse, terá sido certamente a manutenção desses mesmos territórios coloniais e, paradoxalmente, de um africanismo militar e comercial – ainda que dissociado dos estudos árabes – que permitirá precisamente a recolha de documentos e fontes, como aqueles mencionados por Bernabé López, reunidos por Emilio Lafuente Alcántara “relativos a la historia pátria.”

Em Portugal, Fernando Branco Correia sugere que o ensino do árabe ia de mão dada com os interesses coloniais portugueses em África, dado que na primeira metade do século XX a Escola Superior Colonial oferecia um curso de língua árabe no seu Instituto de Línguas Africanas e Orientais, onde o arabista Joaquim Figanier (1898-1962) aprendeu a língua (Branco Correia, 2009: 167). O paralelo com Espanha é passível de ser feito, tendo em atenção as comunidades muçulmanas em territórios coloniais, como a Guiné, Moçambique ou Índia (Correia, 2009: 167), ainda que possa resultar demasiado artificial pensá-lo com a mesma extensão que ocorreu no país vizinho, atendendo a que a política portuguesa se cingia maioritariamente à construção de uma identidade luso-africana ou luso-tropical, nas colónias daquele continente, e a uma identidade exclusivista portuguesa, onde imperava o ideário da Reconquista, em Portugal-metrópole. Atente-se, a título de exemplo, as representações da identidade portuguesa e do Ultramar patentes quer na Exposição do Mundo Português em Lisboa (1940) – que celebrava duplamente a fundação de

Portugal (1140) e a Restauração da Independência (1640), após o domínio da dinastia dos Habsburgo – e o pavilhão português presente na Exposição Internacional de Paris (1937).

Será precisamente o facto de a memória histórica portuguesa, veiculada pelo Estado Novo, estar assente no paradigma da Reconquista, rejeitando construções identitárias anteriores à formação de Portugal, que ditará que o ponto de partida dos estudos árabes e islâmicos se encontre fora do sistema, como aponta Hermenegildo Fernandes. Exemplo disso foi a publicação da obra “Portugal na Espanha Árabe” de António Borges Coelho, em três volumes, a partir de 1972, bem como a publicação, no mesmo ano, da “História de Portugal” de Oliveira Marques, onde a narrativa dedicada ao Gharb al-Andalus merecia especial destaque (Fernandes, 2010, 547-548). Assim, esta perspectiva explicaria uma dedicação aos estudos árabes e islâmicos mais tardia em Portugal, face à realidade espanhola, onde quer a apropriação do al-Andalus enquanto identidade nacional especificamente “espanhola”, quer a simbiose de perspectivas continuistas e rupturalistas permitiram a sua integração no regime franquista, tendo sido até lograda a identificação de arabistas com o estado e a sua respectiva ideologia.

Ainda que não aderindo inteiramente ou de forma complexa às discussões acima referidas, a publicação de obras como a de Borges Coelho pretendia alterar um paradigma nacionalista, introduzindo a história do al-Andalus ou do Gharb al-Andalus enquanto parte integrante da história de Portugal. Para tal, recorria-se precisamente a argumentos de continuidade histórica, de “coexistência” entre dominador (da Reconquista) e dominado – aludindo assim a uma hibridização resultante da conquista cristã do Gharb al-Andalus, ainda que chamando a atenção para a ausência de uma “coexistência” idílica, já que pautada de conflitualidades – ou de herança histórica que se reflectiria na identidade nacional contemporânea:

A erosão do tempo corroe muito do espólio da civilização árabe entre nós, principalmente porque o povoamento dos agregados urbanos fundamentais não sofreu falhas de continuidade: os dominadores não deixaram vazios os lugares dos dominados, coexistiram com eles e usaram, no curso da vida, os materiais que as gerações anteriores carregaram. Mas não nos iludamos. O fatal espírito de cruzada não poupou, durante séculos – os da Reconquista e os posteriores da competição Além-Mar -, muitos vestígios, particularmente os escritos, que se referiam à civilização árabe no Garbe do Andaluz. (...)

Qual de nós não se sentiu alguma vez, ao estudar a história medieval, uma espécie de cruzado da Reconquista? Os acontecimentos são vistos pelo lado de cá e com os olhos dos ideológicos de cruzada. Quem é esse mouro com o qual, segundo nos deram a entender, só eram possíveis as relações de espada contra alfange? Qual a influência real da civilização árabe no

Cardoso, Elsa
 Divulgar a História do al-Andalus na História Medieval Peninsular:
 conceitos, reflexões e perspectivas
www.revistarodaafortuna.com

território português, na sua população, na sua cultura? (Borges Coelho, 2008: 12-13).

Os excertos aqui reproduzidos, provenientes do prólogo da primeira edição do livro de Borges Coelho, são elucidativos do que serviu de rector aos estudos árabes em Portugal: “os olhos dos ideológicos de cruzada,” que não permitiam a integração de uma realidade histórica no panorama da construção da memória nacional.

Por outro lado, o próprio título da obra de Borges Coelho – “Portugal na Espanha Árabe” – revela uma outra reacção, à qual já se aludiu preliminarmente na introdução deste artigo. O autor, conhecendo a historiografia do país vizinho, parece insurgir-se contra a usurpação ou sequestro do al-Andalus enquanto identidade exclusivamente integrada em Espanha – a “Espanha árabe” – ignorando a existência da herança do al-Andalus em Portugal. Importa destacar que a exclusão deliberada de Portugal na construção do conceito al-Andalus por uma corrente historiográfica espanhola provocou várias reacções em Portugal, que poderiam ser igualmente vistas como novos sequestros, não do al-Andalus por inteiro mas de uma parte em particular: o Gharb al-Andalus. A esta manifestação de Borges Coelho não deve escapar também uma tentativa, diríamos quase nacionalista, de distinção entre a recepção e aceitação das heranças históricas dos dois países, especialmente durante o período da chamada Reconquista:

No Garbe ou Ocidente não houve extermínio nem expulsão maciça de mouriscos como ocorreu na Espanha dos Reis Católicos e de Filipe III (II). Se milhares de muçulmanos e não menor número de cristãos passaram para Além-Mar; se em Dra tombou Giraldo Sem Pavor e não esteve só (até um confessor do Infante D. Henrique o irá acompanhar como traidor em terras agarenas); se a ‘ribeira’ do Algarve facilitava a fuga e também alguns assaltos aos mouros da outra banda; milhares e milhares de berberes, de árabes, de maúlas e de moçárabes ficaram definitivamente presos no corpo social que é o nosso, navegam no nosso sangue. (Borges Coelho, 2008: 23).

Também José Domingo Garcia Domingues – discípulo do arabista David Lopes, terá igualmente acompanhado de perto os debates historiográficos no país vizinho, tendo em conta que estudou árabe no Instituto Hispano-Árabe de Cultura e na Universidade Complutense de Madrid (Branco Correia, 2009: 168) – adopta um conceito paralelo àquele previamente cunhado pela academia espanhola – “lusó-árabe” (Garcia Domingues, 1945). Notamos por isso, em Garcia Domingues, uma tentativa de “nacionalizar” também a história do Gharb al-Andalus, chegando mesmo a falar de uma “cultura arábigo-lusitana” quando descreve, por exemplo, a filologia árabe peninsular (Garcia Domingues, 1997: 185). A “maurofilia” deste autor já foi

apontada por Fernando Branco Correia, denominação resultante de expressões empregadas por Garcia Domingues, como “os mouros são povos irmãos” ou “espírito de cultura luso-árabe” (Branco Correia, 2009: 168).

A construção e utilização do conceito “luso-árabe” é aliás anterior e fora da academia, como já mencionado na introdução deste artigo. António de Oliveira Parreira, romancista, nostálgico das lendas de “mouras encantadas” que ouvira contar durante a sua infância e achando escasso o panorama do estudo da herança árabe, romanceará em “Os Luso-Árabes: Scenas da Vida Mussulmana no Nosso País” as vidas de Ibn ‘Ammār e al-Mu’tammid, afirmando que esta era a melhor forma de divulgar a história junto de um público mais abrangente. Oliveira Parreira asseverava que “parece que consideramos estes homens como estrangeiros, filhos de um país muito remoto do nosso, só porque não eram cristãos e godos” (Oliveira Parreira, 1898: v-x).

Retomemos o conceito com que abrimos este ponto. Apesar de o conceito orientalização, empregado na presente investigação, denominar exclusivamente a adopção de modelos que chegaram ao al-Andalus – ocidente (*gharb*) islâmico medieval – provenientes do oriente (*sharq*) islâmico medieval, é contudo importante percebermos em que contexto os estudos orientais se tornaram parte de uma “moda” académica ocidental e como a orientalização, enquanto conceito e terminologia, pode apresentar vestígios de uma “imperial vagueness” que a dimensão geográfica indiscriminada do conceito “Oriente” abarca, como apontado por Edward Said (Said, 2003: 50).

Resulta difícil precisar exactamente a introdução do vocábulo enquanto conceito historiográfico, tendo em conta que é amplamente usado na academia, ainda que não seja objecto de uma reflexão teórica mais complexa ou constante. A acrescentar a este cenário, é de destacar também que o conceito de orientalização não está circunscrito à formação e estudo do al-Andalus, é aliás um fenómeno anterior. O conceito orientalização usa-se assim para denominar a influência proveniente no oriente que a península sofre durante a Antiguidade, sendo que se designa por “orientalizante” o mundo fenício e o período da Proto-história mediterrânica. Neste contexto, Blázquez Martínez aponta que a referência a oriental para denominar vestígios da Antiguidade peninsular surge com A. Blanco entre 1956 e 1960 (Blázquez Martínez, 2005: 129). Por outro lado, oriental, orientalizante ou orientalização parecem conceitos em uso em anos anteriores e em filões de investigação distintos aos da Antiguidade peninsular, tendo em conta que Lévi-Provençal se refere, na sua “Historia de España Musulmana,” tomo IV da história de Espanha de Menéndez Pidal, cuja primeira edição data de 1950, a uma “reorientalização” da península a partir da época de ‘Abd al-Raḥmān II, pressupondo assim um fenómeno e terminologia comum aplicada a diferentes épocas históricas.

Orientalização adquire assim uma perspectiva essencialista, onde várias formações consideradas orientais são abrangidas, não se atendendo à sua especificidade geográfica ou identitária. Atente-se, por exemplo ao conceito *bizantinização*, usado na academia espanhola enquanto referência a um processo de influência bizantina, associada à adopção de modelos daquela corte pelo Reino visigodo de Toledo, especialmente durante a soberania de Leovigildo (Pérez, 1989: 113).

Se atendermos às especificidades bizantinas, cunhando um termo que se refere exclusivamente à influência que exerce sobre a península, resulta interessante verificarmos que o mesmo não acontece com as particularidades da influência que a corte abássida de Bagdad exerce sobre o al-Andalus omíada, especialmente a partir do século IX sob o reinado de ‘Abd al-Raḥmān II, estendendo-se por todo o período califal, do século X a inícios do XI. Apesar da sua localização geográfica – no Mediterrâneo *oriental* – na conceptualização historiográfica, Bizâncio parece não caber inteiramente numa construção ou formação tipicamente *orientalizante*.

O conceito orientalização continua a ser usado na academia, como concepção operativa para denominar processos que reportam a exportação de um modelo geograficamente localizado no oriente mediterrânico, face à localização no extremo ocidental europeu da península. Ainda assim, e como mencionado atrás, é necessário problematizar e pensar a sua origem e significado. Resultando difícil precisar a origem do termo, entende-se contudo que o seu uso no âmbito da história do al-Andalus introduziu-se a par dos debates historiográficos enunciados na presente parte do artigo, bem como a par da institucionalização do Orientalismo no resto da Europa:

To speak of scholarly specialization as a geographical ‘field’ is, in the case of Orientalism, fairly revealing since no one is likely to imagine a field symmetrical to it called occidentalism (Said, 2003: 50).

Desta forma, poderíamos debater até que ponto o conceito primitivo de orientalização implicaria:

(...) to accept enormous indiscriminate size plus an almost infinite capacity for subdivision as one of the chief characteristics of Orientalism – one that is evidenced in its confusing amalgam of imperial vagueness and precise detail (Said, 2003: 50).

Tendo em atenção esta imprecisão, combinada, paradoxalmente, com um “detalhe preciso”, e igualmente à luz do que foi aqui apresentado como o que aparenta

uma clara separação entre conceitos como orientalização e bizantinização, importaria questionarmo-nos até que ponto a aplicação original do conceito não pressuporia uma oposição evidente, ainda que velada, entre aquilo que é considerado oriental – estranho, amplo e impreciso – e o que comumente consideramos parte de uma cultura ocidental – onde se incluiria o cristão Império Bizantino, ainda que na sua forma *oriental*. Sendo impensável a formulação de um campo simétrico ao do orientalismo – *ocidentalismo* – resulta igualmente revelador que quando ouvimos falar de ocidentalização de um determinado país árabe ou muçulmano o significado acarretado na terminologia implica uma carga positiva, por evolutiva e superior, face a formações culturais orientalizantes.

A construção de oposições como aquela conseguida pelo Orientalismo – Ocidente vs. Oriente – aparece-nos assim como essencial para uma construção identitária positiva. Umberto Eco revela-nos a sua perplexidade ao ser confrontado, casualmente, por um taxista paquistanês em Nova Iorque, sobre o que o motorista considerava serem as características identitárias fundamentais de um povo e, no caso em questão, dos italianos: número total de população, língua falada e... inimigos. Reflectindo acerca desta questão, Eco acaba por considerar que “possuir um inimigo é importante não só para definir a nossa identidade, mas também para providenciarmos um obstáculo contra o qual medir o nosso próprio sistema de valores” (Eco, 2013: 2).

Um dos exemplos mais célebres desta desejada oposição é a obra de Henri Pirenne. Pirenne escrevia em 1933 que, contrariamente à continuidade que as invasões germânicas protagonizaram em relação ao Império Romano, a “súbita irrupção do Islão” no “grande lago europeu” cria uma situação completamente nova, transformando-se o Mediterrâneo em “barreira”, por oposição ao “vínculo milenar que fora então, entre Oriente e Ocidente” (Pirenne, 1963: 7-8). Frisa ainda o historiador belga a barreira existente entre “dois mundos estranhos e hostis, o da Cruz e o do Crescente,” assumindo que o facto de o controlo do Mediterrâneo estar então em mãos muçulmanas significaria também uma barreira necessária e evidente, numa anacronia que espelhava a contemporânea visão de Europa – utilizando o conceito de europeu, associando-o também exclusivamente à cristandade ocidental – versus Islão. Além do mais, se por um lado Pirenne, citando Ibn Khaldun, assume que os cristãos não conseguiam sequer fazer flutuar uma tábua no Mediterrâneo, por outro lado associa as actividades marítimas muçulmanas a pirataria. Edward Said já havia indicado a associação cultural intrínseca e contínua – apenas interrompida pela “irrupção” do Islão – que Pirenne vê entre Império Romano e aos povos germânicos. A importância da construção de um inimigo comum a toda a Europa não escapa também a Said já que “Pirenne turned Islam into the very epitome of an outsider against which the whole of European civilization from the Middle Ages on was formed” (Said, 2003: 70-71).

Note-se que o mais recente trabalho de Christophe Picard aponta que Pirenne apenas atribui aos fatímidas e omíadas uma tentativa de suprimir a crise económica e comercial do Mediterrâneo do século X, limitando por outro lado a expansão muçulmana a iniciativas de pirataria, logo florescendo no século XI o comércio dos portos latinos. Acrescenta Picard que seria erróneo arrumar o Mediterrâneo medieval entre religiões, dinastias ou potências navais, tendo em atenção que o mar separa tanto como une os três espaços imperiais desde o século VII (Picard, 2015: 12).

Os ecos das perspectivas semelhantes às de Pirenne fizeram-se sentir também na historiografia da Península Ibérica, ainda que por vezes colocando-se à margem das correntes orientalistas. Segundo Bernabé López, enquanto alguns historiadores negavam o rótulo de orientalismo para os seus trabalhos, outros, como García Gómez optaram por ignorar completamente a polémica, e ainda um terceiro grupo que consideraria o arabismo espanhol como uma das poucas manifestações do “orientalismo en nuestro suelo”, como Bosch Vilá (López, 1990: 2). López, crítico em relação a estas posições, aponta que o al-Andalus foi visto como uma espécie de “Oriente doméstico” ou “periférico”, dado que o movimento literário do imaginário oriental romântico e exótico levará a uma visão de Espanha enquanto parte integrante desse mesmo Oriente (López, 1990: 5-6). Essa característica, aliada à especificidade que o arabismo espanhol via na formação identitária do al-Andalus enquanto “Espanha muçulmana”, explica certamente quer o alheamento em relação às discussões que surgem em volta da catalogação “orientalismo”, quer a presunção que se tratava de uma espécie de orientalismo muito *nosso*, hispânico. A suposição de García Gómez de que o arabismo espanhol era “entrañablemente nuestro” é quicá reflexo disso mesmo. Manuela Marín chama a atenção para o facto de que era conhecida a antipatia que García Gómez guardava em relação aos “árabes actuais”, bem como o seu desagrado face à oração colectiva nas mesquitas, afirmando o arabista que:

intelectualmente comprendo que son los indígenas los que tienen razón en protestar contra la intromisión europea, sentimentalmente deseo que los europeos los den definitivamente en la cabeza (Marín, 2010: 6, 10).

Esta presunção de que a “Espanha muçulmana” abarcava em si uma identidade distinta e um mundo “aparte”, próprio de um “orientalismo doméstico” ou “entrañablemente nuestro”, é transportada por Lévi-Provençal para o século X:

A despecho de sus esfuerzos por hacer de sus dominios un mundo aparte, ‘Abd al-Rahman III no había podido impedir que la tradición oriental persistiera viva y traspareciese en muchos aspectos de su economía: Córdoba seguía siendo en muchos casos tributaria de Bagdad; el decorado

de su vida lujosa, los trajes y los muebles de su alta sociedad llevaban todavía la marca de un Ziryab; la disposición de sus monumentos, mezquitas y palacios – era réplica de los que adornaban las grandes ciudades del Iraç o del más cercano Qayrawan ¿Comprendió al-Nasir que, para apartar a su capital de la influencia mesopotámica, le era forzosa la ayuda de Bizancio? (Lévi-Provençal, 1982: 347).

Enquanto Lévi-Provençal assume que o al-Andalus constitui uma identidade “espanhola” – o próprio título do tomo IV assim o indica – atribui conseqüentemente uma clara intenção por parte de ‘Abd al-Raḥmān III em dissociar o al-Andalus da influência orientalizante de Bagdad. Naturalmente os opositores ao poder central, associados a linhagens ibéricas ou híbridas, aparecem-nos em Provençal como percussores de um protonacionalismo espanhol. Tal é o caso de ‘Umar b. Ḥafṣūn, apodado de “heroé de la independencia española” e, ainda que o historiador acredite que obras modernas tenham elevado o seu carácter em demasia, não duvida ser “el campeón intrépido y sincero de una causa llena de honor”, apontando por último uma falta de “rasgo caballeresco” ao primeiro califa de Córdoba por não ter respeitado “el último sueño” do rebelde (voltar à fé dos seus antepassados, o cristianismo), desrespeitando o seu túmulo e exumando os seus restos mortais, que comprovavam a apostasia do Islão (Lévi-Provençal, 1982: 271).

A orientalização que Bagdad exercia sobre o al-Andalus surge-nos nesta passagem como um elemento indesejável, fruto do insucesso de ‘Abd al-Raḥmān III em afastar a Península Ibérica de uma influência oriental. Por outro lado, Bizâncio aparece-nos como uma espécie de bote salva-vidas. Ao iniciar relações diplomáticas com Constantino VII Porfirogenetos (946-949), o primeiro califa de Córdoba pretenderia assim livrar-se do luxo oriental: “el decorado de su vida lujosa, los trajes y los muebles”. Afinal, para Provençal:

Constantinopla seguía siendo, en efecto, durante el siglo X, la reina del mundo civilizado y la activa y vigilante heredera del patrimonio científico y filosófico de Grecia y del Oriente helenístico. Su esplendor eclipsaba el de las más ricas y prosperas capitales del Islam (Lévi-Provençal, 1982: 347).

A oposição pretendida entre Islão e “mundo civilizado” resulta evidente. Enquanto o primeiro se limita a um luxo exuberante e desnecessário, o segundo é associado ao cultor de uma herança científica e filosófica, nunca identificável com o mundo oriental islâmico. Por último, Provençal opta por não mencionar que a orientalização e adopção de modelos provenientes de Bagdad não era senão despoletada pelos esforços da corte de Córdoba, tal como nos transmitem as crónicas

muçulmanas. Tal foi o caso de reformas administrativas e adopção de modelos, associados abertamente àqueles previamente em uso em Bagdad, como a introdução do título *dhū al-wizārataīn* (duplo vizirato), que al-Maqqarī assegura ter sido usado pelo vizir abássida Saʿīd bin Makhlīd (al-Maqqarī, 1843: 150).³ Poderíamos igualmente mencionar outros exemplos como a chegada ao al-Andalus de intelectuais ou livros desde o espaço abássida, “importados” quer pelo primeiro califa de Córdova, quer pelo seu filho e sucessor al-Ḥakam II (al-Maqqarī, 1843: 168-169), que Provençal parece olvidar quando opõe trajes e móveis a património científico e filosófico. De facto, a construção da memória histórica e cultural não é uma inovação contemporânea e já al-Maqqarī assegurava que, tal como os abássidas, os omíadas do al-Andalus afiançavam o seu papel de herdeiros da civilização grega clássica, adquirindo esta reputação junto dos cronistas:

(...) it is generally asserted that they are of all nations that which most resembles the Greeks in their knowledge of the physical and natural sciences (...) (al-Maqqarī, 1840: 118).

3. Que futuro para a história do al-Andalus na história medieval peninsular? Questões e reflexões em aberto

Em Espanha, quer o paradigma da Reconquista – aliado a visões de ruptura face à conquista do al-Andalus – quer as concepções que defendiam uma especificidade hispânica para o período muçulmano peninsular, explicam possível e parcialmente, o afastamento que se preconizou inicialmente (inícios do século XX) entre a história medieval e a história do al-Andalus, bem como um distanciamento em relação a uma época coetânea peninsular, que não foi ainda totalmente suprimido. Parcialmente, porque o ambiente filológico que desde cedo acompanhou a historiografia que se debruça sobre o al-Andalus terá também contribuído para esse isolamento.

Reflexo disso mesmo é o facto de universidades como a Complutense, Autónoma, ambas de Madrid, ou a Universidade de Granada continuarem a ter faculdades (no primeiro caso, Faculdade de Filologia e Faculdade de Geografia e História) ou departamentos distintos (nos dois últimos casos, Departamentos de Estudos Árabes e Islâmicos e Departamentos de História e História Medieval) para estudos árabes e islâmicos/semitas e história medieval. Por outro lado, em Portugal, talvez pelo seu carácter até recentemente descontínuo e/ou pouco oficializado, a par

³ O trabalho de Mohamed Meouak, citado na bibliografia deste artigo, evidencia que as mudanças administrativas sofridas pela administração omíada do al-Andalus foram feitas sob influência de inovações provenientes do mundo abássida.

de uma relativamente fraca tradição de vertente filológica, os estudos árabes e islâmicos aparecem associados a centros ou cátedras de história. Seria a este afastamento que García Gómez se referia quando aponta o arabismo espanhol como “gremio escaso y apartadizo, desasistido por lo común de la atención pública, debido a la rareza de los temas que trata, y con la clara conciencia de hallarse extramuros de las Humanidades europeas” (López, 1990: 2)? Manuela Marín admite a escassez inicial do arabismo, apesar de não tanto como se tem querido ver, mas não o carácter “apartadizo” da escola, tendo em atenção a sua participação precoce em universidades ou ministérios públicos (Marín, 2010: 5). Ainda assim, esta perspectiva responde apenas parcialmente à reflexão do próprio García Gómez. Isto é, a sua oficialização em academias, universidades ou ministérios não significa necessariamente uma relação directa com as restantes humanidades ou disciplinas históricas.

Atente-se que não é intenção deste artigo sugerir que a intersecção entre os estudos árabes e islâmicos e restantes disciplinas históricas foi ou é inexistente em Espanha. Exemplar dessa intersecção é a existência do mestrado inter-faculdades (Faculdade de Filologia e Faculdade de Geografia e História) em Estudos Medievais da Universidade Complutense de Madrid, contemplando duplamente metodologias histórica e filológica. A participação em conferências internacionais dedicadas à história medieval, quer de medievalistas do espaço cristão, quer de investigadores que se debruçam sobre a história do al-Andalus, atestam também essa intersecção, como tivemos oportunidade de testemunhar no encontro em Cáceres. Ainda assim, devido à sua necessária vertente filológica, o percurso tradicional dos estudos árabes faz-se apartado das restantes disciplinas históricas, como o testemunham as licenciaturas em Estudos Semitas e Islâmicos (Universidade Complutense) ou em Estudos Árabes e Islâmicos (Universidade de Granada), o que resulta necessariamente num menor cruzamento entre percursos e perspectivas.

Do outro lado da fronteira, o panorama da história do Islão medieval e do al-Andalus começa a ter um carácter cada vez mais contínuo, com especial destaque para a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde aliás se suprime a inexistência do estudo do árabe na academia, quando David Lopes começa a ensinar árabe nesta faculdade em 1914, sucedendo-lhe Pedro da Cunha Serra e António Dias Farinha (Barros, 2014: 31-32). Até então, e como aponta Hermenegildo Fernandes, em parte devido ao estudo do al-Andalus se encontrar às margens do sistema, por outro, dada a ausência de presença colonial portuguesa em países árabes e islâmicos, não será por acaso que os modernos estudos árabes nascem com a elaboração do “Plano de Estudos” por Manuel do Cenáculo em 1776 para a Ordem Terceira da Penitência (Fernandes, 2011: 549). Já depois de Alexandre Herculano se ter debruçado sobre o passado árabe-muçulmano do Gharb al-Andalus, arabistas como David Lopes e António Dias Farinha aparecem sobretudo ligados à história do Islão directamente relacionada com a Expansão portuguesa no norte de África, o que significa um

impacto praticamente nulo da história do Gharb al-Andalus na historiografia medieval portuguesa (Fernandes, 2011: 550).

Verifica-se hoje uma alteração em Portugal deste paradigma, respeitante à relação entre os estudos árabes e a história da Expansão, passando a predominar um movimento de aproximação entre os estudos árabes e a história medieval. Atendendo à filiação académica da autora do presente artigo, destaque-se o trabalho de um discípulo de António Dias Farinha, Hermenegildo Fernandes,⁴ que lidera, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o grupo mais coeso de investigadores nas áreas da história do al-Andalus e do Islão medieval, cujos esforços para integrar a o passado muçulmano peninsular na história medieval portuguesa devem ser destacados, numa perspectiva que privilegia as intersecções entre a Hispânia cristã e o al-Andalus, essencial para entendermos as dinâmicas de sociedades de fronteira. Em referência ao grupo acima aludido, merece especial menção o trabalho de investigadores que se dedicam a estas temáticas, como: Inês Lourinho, que defendeu a sua tese de mestrado em 2010, intitulada “1147: Uma conjuntura vista a partir das fontes muçulmanas” - sobre a conquista de Lisboa, a partir da perspectiva muçulmana, numa época de desagregação do império almorávida – e que trabalha actualmente na sua tese de doutoramento intitulada “A fronteira do al-Andalus: espaço de confrontação entre Almorávidas e Cristãos (1093-1147)”; André Oliveira Leitão, que dedicou a sua tese de mestrado “O povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a territorialização e militarização (meados do século IX – início do século XIV)”, defendida em 2011, à evolução das estruturas de povoamento cristãs e muçulmanas nos territórios entre Lisboa e Santarém; Luís Ribeiro Gonçalves, com a sua dissertação de mestrado defendida também em 2011, intitulada “Sistemas de povoamento e organização territorial: dois vales na periferia de Lisboa (séculos IX – XIV)”, sobre a periferia urbana ocidental de Lisboa e o seu sistema de irrigação; Filipa Santos, com uma dissertação de mestrado, defendida em 2011, intitulada “O Médio Tejo dos meados do século IX à primeira metade do século XIII: Militarização e Povoamento,” que estuda as continuidades e rupturas das estruturas de povoamento e os sistemas militares do Médio Tejo; Ana Luísa Miranda, que apresentou a sua tese de mestrado “O sudoeste do Gharb al-Andalus nos séculos VIII e IX: relações sociais e território” em 2011 – incidindo no estudo do estabelecimento das tribos árabes e berberes, nos séculos VIII e IX, na zona entre o Tejo e o Guadiana –, trabalha presentemente na sua tese de doutoramento, intitulada “Redes de circulação no século XI: o Gharb al-Andalus entre o Mediterrâneo e o Atlântico,” sobre a inserção do ocidente do al-Andalus numa rede de trocas que ultrapassa as fronteiras do mundo islâmico; Miguel Boronha, cuja dissertação de mestrado, apresentada em 2014 e intitulada “Male homosexuality in Islamic normative and in the *mujun* literature of al-

⁴ Destacariamos, a título de exemplo, as suas teses de mestrado e doutoramento: “Organização do espaço e sistema social no Alentejo medievo : o caso de Beja” e “Entre mouros e cristãos : a sociedade de fronteira no sudoeste peninsular interior (séculos XII-XIII),” respectivamente.

Andalus and the Maghreb between the 10th and 13th centuries”, elabora sobre a ambivalência paradoxal do Islão Medieval em relação à homossexualidade, no caso específico da poesia obscena, *mujun*; Gonçalo Matos Ramos, que defendeu a sua tese de mestrado em 2014, com o título “Paradigmas de liminaridade no Entre-Douro-e-Tejo: um interface arqueológico de poderes (987-1131)” – que visa o estudo dos territórios compreendidos entre o Douro e o Tejo, desde a data do repovoamento de al-Manşūr até à fundação de Santa Cruz de Coimbra –, actualmente prepara a sua dissertação de mestrado “Guerra e paz na fronteira luso-marroquina: representação documental e redes de circulação no Mediterrâneo ocidental (1415-1578),” sobre a fronteira luso-marroquina desde a conquista portuguesa de Ceuta e a Batalha de Alcácer-Quibir, numa perspectiva de hibridização sociológica, própria de um espaço zonal; Manuel Fialho Silva, que desenvolve presentemente a sua investigação doutoral sobre a configuração da cidade de Lisboa entre o século XII e 1325; Natália Nunes, cuja investigação pós-doutoral se debruça sobre a “Literatura profana e mística do Gharb al-Andalus”; Inês Meira Araújo, que prepara a sua tese de doutoramento, intitulada “Imago in bello. Representações da guerra no Portugal tardo-medieval e renascentista,” investigação que analisa as representações iconográficas da guerra em Portugal entre 1385 e 1571, centrando-se nos conflitos militares com praças muçulmanas e nas convenções artísticas de figuração dos militares cristãos e muçulmanos; ou Daniel Nunes, que trabalha na sua dissertação de doutoramento, com o título “Problemáticas em torno dos dicionários biográficos do Al-Andalus (séculos IX-XIII).”

Outro exemplo do intuito de instituir uma tradição contínua de estudos árabes na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, integrando-os no discurso historiográfico medieval peninsular, é a criação relativamente recente do mestrado interinstitucional de História do Mediterrâneo Islâmico e Medieval, em conjunto com as Universidades de Évora e Algarve, bem como com o Campo Arqueológico de Mértola, que dispensa apresentações enquanto organismo que mais esforços tem feito no sentido da investigação do período muçulmano em Portugal. Este mestrado conta com a docência de investigadores que se têm dedicado a contextos peninsulares islâmicos, como Fernando Branco Correia, Filomena Barros, ambos da Universidade de Évora, dos arqueólogos Susana Gómez Martínez e Cláudio Torres, do Campo Arqueológico de Mértola, e Luís Filipe Oliveira da Universidade do Algarve. Por outro lado, a debilidade da vertente filológica dos estudos árabes tem vindo a ser suprimida, especialmente desde a criação em 2008 da licenciatura em Estudos Asiáticos, que contempla um itinerário com base em seis níveis de língua árabe, obrigatórios, durante três anos.

Estes trabalhos, que aparecem a par das referidas transformações nos planos de estudo tradicionais de história, constituem já um conjunto coerente e coeso de investigações que permitem considerar que se ultrapassa o “*topos* de referência obrigatório” – o estado incipiente dos estudos árabes e islâmicos em Portugal –, ao

mesmo tempo que ficam para trás quer as concepções de ruptura preconizadas por um Islão irruptivo, reverso das construções europeias e hispânicas, quer as acepções de uma continuidade única, tipicamente hispânica ou espanhola, própria de uma espécie de oriente no *nosso* ocidente.

Bibliografia

Fontes

Al-Maqqarī. (1840). *The History of the Mohammedan Dynasties in Spain. Nash al-tib min ghosni al-Andalusi al-Ratib wa Tārikh Lisān ad-Dīn Ibn al-Khaṭīb*. vol. I. Londres, Oriental Translation Fund.

Al-Maqqarī (1843). *The History of the Mohammedan Dynasties in Spain. Nash al-tib min ghosni al-Andalusi al-Ratib wa Tārikh Lisān ad-Dīn Ibn al-Khaṭīb*. vol. II. Londres, Oriental Translation Fund.

Estudos

Barros, F. (2014). From the history of Muslims to Muslims in History: Some critical notes on “Arab Islamic Studies” in Portugal. *Hamsa. Journal of Judaic and Islamic Studies*, 1, 29-40.

Blázquez Martínez, J. (2005). Evolución del concepto orientalizante en los últimos 50 años de investigación hispana. Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida: protohistoria del Mediterráneo Occidental. *Anejos de Archivo Español de Arqueología*, 35, 129-148.

Borges Coelho, A. (2008). *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa, Caminho.

Boronha, M. (2014). *Male homosexuality in Islamic normative and in the mujun literature of al-Andalus and the Maghreb between the 10th and 13th centuries*. Tese de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Branco Correia, F. (2009). Al-Andalus en la historiografía portuguesa (del siglo XIX a inicios del XXI). In. (org.). Manuela Marín. *Al-Andalus/España. Historiografías en contraste, siglos XVII-XXI*. Madrid, Casa de Velázquez.

Cardoso, E. (2015). *Diplomacy and oriental influence in the court of Cordoba (9th – 10th centuries)*. Tese de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- Dias Farinha, A. (1977). A civilização árabe na obra de Alexandre Herculano. In *Alexandre Herculano à luz do nosso tempo* (pp. 323-340). Lisboa, Academia Portuguesa da História.
- Eco, U. (2013). *Inventing the Enemy. Essays on everything*. Londres, Vintage Books.
- Fernandes, H. (1991). *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medievo : o caso de Beja*. Tese de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Fernandes, H. (2000). *Entre mouros e cristãos : a sociedade de fronteira no sudoeste peninsular interior (séculos XII-XIII)*. Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Fernandes, H. (2011). The Gharb al-Andalus – three decades of historiographical renewal. In (dir.) José Mattoso, (ed.) Maria de Lurdes Rosa, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Maria João Branco. *The Historiography of Medieval Portugal (c.1950 -2010)* (pp. 547-561). Lisboa, IEM, Instituto de Estudos Medievais.
- Garcia Domingues, J. (1997). *Portugal e o al-Andalus*. Lisboa, Hugoin.
- Garcia Domingues, J. (1945). *História luso-árabe: Episódios e figuras meridionais*. Lisboa, Pro domo.
- García Sanjuán. A. (2012). Al-Andalus en la historiografía del nacionalismo españolista (siglos XIX- XXI). Entre la Reconquista y la España musulmana. In (ed.) Diego Melo Carrasco e Francisco Vidal Castro. *A 1300 años de la conquista de al-Andalus (711-2011): Historia, cultura y legado del Islam en la Península Ibérica* (pp. 65-104). Chile, Altazor.
- Gonçalves Ribeiro. L. (2011). *Sistemas de povoamento e organização territorial: dois vales na periferia de Lisboa (séculos IX – XIV)*. Tese de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Guichard, P. (1977). *Structures sociales “orientales” et “occidentales” dans l’Espagne musulmane*. Paris, Mouton.
- Kennedy, H. (1996). *Muslim Spain and Portugal: a political history of al-Andalus*. Nova Iorque, Longman.
- Lévi-Provençal, É. (1982). España Musulmana, hasta la caída del califato de Córdoba (711-1031 J.C.). In (ed.) Ramón Menéndez Pidal. *Historia de España*. (vol. IV). Madrid, Espasa-Calpe.

- López García, B. (1990). Arabismo y orientalismo en España: Radiografía y diagnóstico de un gremio escaso y apartado. *Avraq*, XI, 35-69.
- Lourinho, I. (2010). 1147: *Uma conjuntura vista a partir das fontes muçulmanas*. Tese de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Manzano, E. (2006). *Conquistadores, Emires y Califas: los Omeyas y la Formación de al-Andalus*. Barcelona, Crítica.
- Marín, M. (2014). Reflexiones sobre el arabismo español: tradiciones, renovaciones y secuestros. *Hamsa. Journal of Judaic and Islamic Studies*, 1, 1-17.
- Matos Ramos, G. (2014). *Paradigmas de liminaridade no Entre-Douro-e-Tejo: um interface arqueológico de poderes (987-1131)*. Tese de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Meouak, M. (1999). *Pouvoir souverain, administration central et élites politiques dans l'Espagne ummayyade (II^e-IV^e/VIII^e-X^e)*. Helsinki, Academia Scientiarum Fennica.
- Miranda, A. (2011). O sudoeste do Gharb al-Andalus nos séculos VIII e IX: relações sociais e território. Tese de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Oliveira Leitão, A. (2011). *O povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a territorialização e militarização (meados do século IX – início do século XIV)*. Tese de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Oliveira Marques, A. (1972). *História de Portugal*. Vol. I. Lisboa, Palas editores.
- Oliveira Parreira, A. (1898). *Os luso-árabes. Scenas da Vida Mussulmana no Nosso País*. Vols. 1-2. Lisboa, Typographia e Stereotypia Moderna.
- Pérez, D. (1989). *El ejército en la sociedad visigoda*. Salamanca, Universidad de Salamanca.
- Picard, C. (2015). *La Mer des Caliphes. Une histoire de la Méditerranée musulmane*. Paris, Editions du Seuil.
- Pirenne, H. (1963). *História económica e social da Idade Média*. São Paulo, Mestre Jou.
- Ramírez del Rio, J. (2002). *La orientalización de al-Andalus: Los días de los árabes en la Península Ibérica*. Sevilla, Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla.
- Said, E. (2003). *Orientalism*. Londres, 2003.

Cardoso, Elsa
Divulgar a História do al-Andalus na História Medieval Peninsular:
conceitos, reflexões e perspectivas
www.revistarodadafortuna.com

Santos, F. (2011). *O Médio Tejo dos meados do século IX à primeira metade do século XIII: Militarização e Povoamento*. Tese de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Von Kemnitz, E. (2011). The centenary of the Republic and the Republic of Letters: Arabic Studies in Portugal 1910-2010. *Rocznik Orientalistyczny*, LXIV – 1, 121-131.